

caderno de imprensa

Anuário Financeiro Municípios Portugueses 2007

Recortes de imprensa (8 e 9 Abril)

CISION 
Media Intelligence. Communication Insights.



09 Abril 2009 - 00h30

Contas: Lisboa lidera o ranking dos municípios mais endividados do País

Câmaras devem 6,6 mil milhões

As dívidas dos municípios portugueses no final de 2007 cresceram para 6664 milhões de euros, um aumento de 27 milhões em relação ao ano anterior. O endividamento junto dos fornecedores é a principal causa deste sobreendividamento, de acordo com os dados revelados ontem na apresentação do anuário financeiro dos municípios portugueses relativamente a 2007.

Metade dos 6664 milhões de euros de dívida está concentrada em 30 municípios. O coordenador do estudo, João Carvalho, frisou como exemplo a autarquia de Lisboa, que lidera o ranking dos municípios mais endividados, com 965 milhões de euros em dívida em 2007. Vila Nova de Gaia e Porto seguem-se na lista das mais endividadas, com um passivo de 268 e 177 milhões de euros, respectivamente.

O anuário mostra que nas dívidas a curto prazo, em que se incluem as dívidas a fornecedores, se registou um agravamento, totalizando 2264 milhões de euros, mais 76,6 milhões do que em 2006. Mais de metade dos municípios não têm receitas suficientes para pagar essas dívidas. João Carvalho adverte que o problema pode "acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos".

Apesar de o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, ter sublinhado a importância do programa 'Pagamento a Tempo de Horas', no qual foi disponibilizada uma linha de crédito de 1250 milhões de euros para regularizar as dívidas aos fornecedores, em resposta ao CM, a Associação Industrial Portuguesa (AIP) garante que a situação continua complicada.

"Admitimos que possa ter havido alguma melhoria (...), mas o problema grave das dívidas às empresas por parte das autarquias mantém-se", refere Rui Madaleno, director de Economia da AIP. O responsável revela que no âmbito do Programa de Regularização de Dívidas do Estado, em Fevereiro de 2009, apenas tinham sido regularizadas dívidas vencidas pelas autarquias no montante de 78 milhões de euros.

ORÇAMENTOS CONTROLADOS

O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Fernando Ruas, considera que as autarquias provaram que souberam controlar os orçamentos, apesar de se ter registado um aumento das suas dívidas. "Os elementos conhecidos deixam alguma esperança e satisfação em relação àquilo que foi uma inversão de tendência. As autarquias souberam a tempo tratar das suas contas", disse o responsável à TSF.

Em relação ao alerta dos técnicos oficiais de contas para que se repense o papel das empresas municipais, Ruas garantiu que esse trabalho nunca deixou de ser feito.

PORMENORES

TRIBUNAL DE CONTAS

O presidente do Tribunal de Contas considera que a nova lei de organização e processo do tribunal impede a tentativa de derrapagem das contas dos municípios em ano de eleições autárquicas.

AUTONOMIA

Dos 308 municípios, 77 apresentaram receitas próprias superiores a metade das receitas totais, ou seja, uma em cada quatro câmaras conseguiu atingir a autonomia financeira em 2007.



BALANÇO 2007

73 autarquias estão em ruptura financeira

Há mais duas autarquias em risco de serem declaradas insolventes pelo Ministério das Finanças do que em 2006. Endividamento global subiu

SUSANA DOMINGOS
sdomingos@negocios.pt

A lista de municípios que enfrentam uma situação de ruptura financeira ou desequilíbrio financeiro estrutural engrossou em 2007. São já 73 as autarquias em apuros, mais duas do que em 2006, revela o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007, apresentado ontem pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

As Câmaras de Aveiro, Fundão e Nazaré voltam em 2007, e pelo segundo ano consecutivo, a liderar o "ranking" de autarquias em apuros – medido pelo nível de dívidas a fornecedores num determinado ano em função das receitas recebidas no ano anterior. Aí se encontra também a maior autarquia do País, Lisboa, com uma situação financeira mais grave do que em 2006. A evolução parece, contudo, ter quase estabilizado face ao balanço de 2006, ano em que houve mais 23 municípios em risco de serem considerados insolventes pelo Ministério das Finanças.

No topo dos mais bem comportados figuram três pequenos municípios: Penedono, no distrito de Viseu, sem quaisquer dívidas a fornecedores face às receitas encaixadas em 2006; Aguiar da Beira, na Guarda, com um rácio de 0,4%; e Santa Cruz das Flores, nos Açores, com um rácio de 0,5% entre dívidas a fornecedores e receitas cobradas.

O aumento de 547 milhões de euros nas receitas cobradas face a 2006, que totalizaram 7.517 milhões de euros, foi um dos aspectos que mais surpreendeu João Carvalho, coordenador do estudo. O aumento das receitas encaixadas ao nível local encontra justificação não só na melhoria da eficiência na cobrança,

como no aumento de 64,5 milhões das transferências do Estado para as autarquias e, finalmente, no aumento de 384 milhões em cobranças de impostos directos, indirectos e taxas municipais. Na sessão de apresentação do estudo, o especialista adiantou que, em 2007, o IMI – a maior fonte de receitas dos municípios – ascendeu a 988 milhões de euros, enquanto o IMT chegou a 912 milhões. Mas alertou que os edis continuam "a inflacionar a previsão de receitas", orçamentando em 2007 um encaixe de 11.420 milhões, mas cobrando apenas 7.757 milhões. E acrescentou que os compromissos assumidos continuam, em muitos casos, a não ser cumpridos. "Em 2007, não se pagaram 23% dos compromissos assumidos", disse João Carvalho.

O nível de endividamento global das autarquias também aumentou, totalizando 6.664 milhões de euros em 2007, embora a um ritmo desacelerado face a 2006. O total de dívidas a pagar cresceu 26,6 milhões em 2007, enquanto em 2006 o aumento face ao ano precedente chegou a 43 milhões.

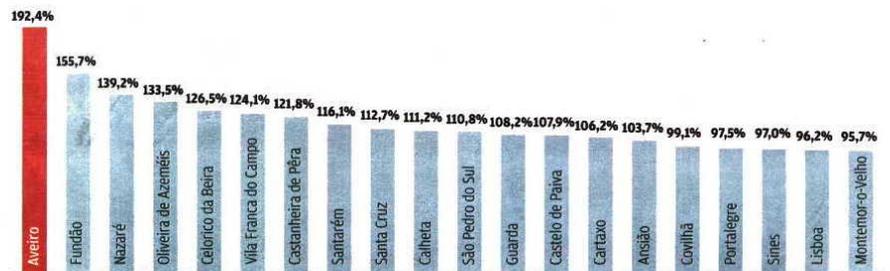
O secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, responsável pela revisão da Lei das Finanças Locais (LFL) faz um balanço positivo da evolução das contas das autarquias: "A evolução global é francamente positiva, resulta do esforço das autarquias locais e da aplicação das regras da LFL". O ano de 2007 foi o primeiro de plena aplicação da Lei e, segundo Eduardo Cabrita, as novas regras permitiram a "limitação de situações complexa de endividamento", caso de Aveiro ou de Lisboa, que já viram empréstimos da banca chumbados pelo Tribunal de Contas devido à sua situação de ruptura financeira.



Eduardo Cabrita | O secretário de Estado da Administração Local faz um balanço positivo da evolução das contas das autarquias em 2007.

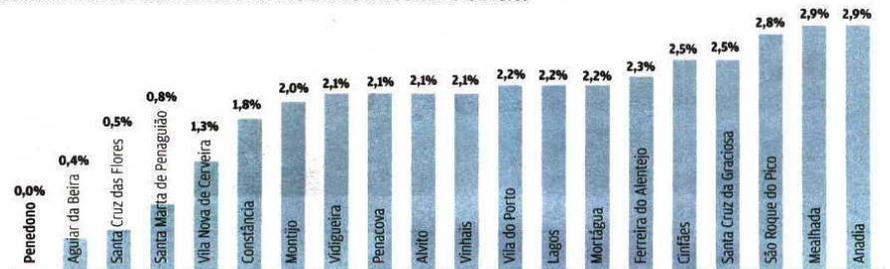
AVEIRO LIDERA PELO SEGUNDO ANO O "RANKING" DE MUNICÍPIOS EM RUPTURA FINANCEIRA

RÁCIO ENTRE A DÍVIDA A FORNECEDORES EM 2007 E AS RECEITAS TOTAIS ENCAIXADAS EM 2006



OS MUNICÍPIOS COM FINANÇAS MAIS EQUILIBRADAS SÃO OS DE MENOR DIMENSÃO

RÁCIO ENTRE A DÍVIDA A FORNECEDORES EM 2007 E AS RECEITAS TOTAIS ENCAIXADAS EM 2006



Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses em 2007

Os municípios de Aveiro, Fundão e Nazaré voltaram em 2007 a liderar o "ranking" dos municípios em ruptura financeira. Aveiro, tal como Lisboa, já viram chumbados pelo Tribunal de Contas pedidos de empréstimos

solicitados à banca para fazer face às dívidas de curto prazo. O pedido em Lisboa foi efectuado por António Costa junto da Caixa Geral de Depósitos, após a vitória nas eleições intercalares de Junho de 2007.



Miguel Baltazar

Pagar a tempo e horas com 800 milhões disponíveis

 O aumento das dívidas de curto prazo, onde se integram as dívidas a fornecedores, foi uma das faces mais visíveis das contas autárquicas de 2007. Com o agravamento da crise económica, o Executivo lançou no final do ano passado o programa "pagar a tempo e horas", uma linha de crédito de 1.200 milhões de euros a que os municípios podem recorrer para saldar as contas em relação a fornecedores de pequena e média dimensão. As autarquias podem candidatar-se à linha de crédito até finais de Junho. Permanecem disponíveis 800 milhões de euros, lembrou ontem Eduardo Cabrita, secretário de Estado da Administração Local. Desde o início de Janeiro, 109 municípios viram as suas candidaturas ao programa aprovadas, no valor global de 450 milhões de euros. O responsável garante que esta é também uma forma de ajudar as pequenas e médias empresas locais a sobreviverem à crise. O responsável lembrou ainda que os apoios comunitários, sobretudo nas áreas da educação e regeneração urbana, também têm um papel relevante na capacidade de superar a crise e aliviar as dificuldades das populações. Eduardo Cabrita sublinhou que a aplicação dos fundos comunitários é da "responsabilidade directa" dos municípios.

O endividamento global das autarquias atingiu €6.664 milhões em 2007, mais 26,6 milhões de euros que em 2006.

63% sem dinheiro para pagar dívidas de curto prazo

No final de 2007 encontravam-se sem dinheiro para pagar dívidas de curto prazo, nomeadamente a fornecedores, 195 autarquias, de acordo com o anuário financeiro dos municípios. Lisboa volta, tal como em 2006, a ocupar o lugar cimeiro, com uma liquidez negativa de 266 milhões de euros, ou seja, cerca de um terço do "buraco" total autárquico, que ascendeu a 685 milhões.

O estudo salienta que, no ano de 2007, houve uma redução das dívidas de médio e longo prazo (para 4.399 milhões), mas agravou-se o montante das dívidas de curto prazo (para 2.264 milhões), o que aumenta os riscos de insolvência das autarquias no curto prazo. Em 2007 voltou a aumentar o recurso a empréstimos bancários, que ascenderam a 357 milhões. Pela primeira vez, dizem os especialistas, a amortização das dívidas à banca superou os montantes dos créditos solicitados.

Receitas de IMI serão mais modestas em 2009

Este é um ano em que é expectável que a situação das finanças locais se deteriore. Muitos municípios estão a tomar medidas que visam apoiar as populações mais afectadas pela crise económica – o que deverá ditar um aumento dos gastos autárquicos – e é expectável que o nível de receitas arrecadadas baixe. Não só como consequência directa da recessão – no final de 2008 já foi notória a travagem nas receitas de IMT, reco-

Será provável um crescimento de IMI mais moderado em 2009, mas, ainda assim, um crescimento.

EDUARDO CABRITA

Secretário de Estado da Adm. Local

nheceu ontem o secretário de Estado da Administração Local – mas também porque o Governo decretou a redução do limite máximo de IMI.

Eduardo Cabrita lembrou ontem que, das 157 autarquias que este ano cobram derrama (nos restantes municípios há isenção), "48 optaram por aplicar taxas mais baixas", o que poderá levar a uma redução de receitas também por esta via.

O secretário de Estado da Administração Local recusa fazer prognósticos para a situação das finanças das autarquias em 2009. E acredita que as receitas de IMI – as mais relevantes para forrar os cofres municipais – continuarão a crescer em 2009, embora com "um crescimento mais moderado" que em anos anteriores. Além disso, a recessão também não deverá afectar este ano o montante das transferências mensais do Estado para as autarquias, já que o montante auferido corresponde às receitas fiscais de 2007. **sd**

CASOS MAIS PROBLEMÁTICOS

Lisboa	-266,2
Aveiro	-36,71
Maia	-30,56
Figueira da Foz	-30,53
Vila Nova de Gaia	-29,04
Vila do Conde	-28,44
Fundão	-27,62
Porto	-26,49
Fornos de Algodres	-18,96
Santarém	-18,85
Oliveira de Azeméis	-17,24
Silves	-16,86
Faro	-16,85
Penafiel	-16,48
Torres Novas	-16,39
Portalegre	-15,65
Seia	-15,22
Oeiras	-13,72

Fonte AFMP 2007 / Valores em milhões de euros

CÂMARAS COM MAIOR LIQUIDEZ

Amadora	62
Almada	59,54
Leiria	41,83
Albufeira	26,34
Viseu	21,99
Castelo Branco	20,93
Ponte de Lima	20,84
Loulé	16,57
Elvas	15,8
Cascais	14,46
Vila Franca de Xira	11,84
Matosinhos	11,72
Mafra	10,76
Seixal	9,69
Lagos	8,80
Loures	8,78
Ribeira Brava	8,08
Castro Marim	7,79

Fonte AFMP 2007 / Valores em milhões de euros



PRIMEIRO PLANO

ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES



90 autarquias não recorreram aos bancos

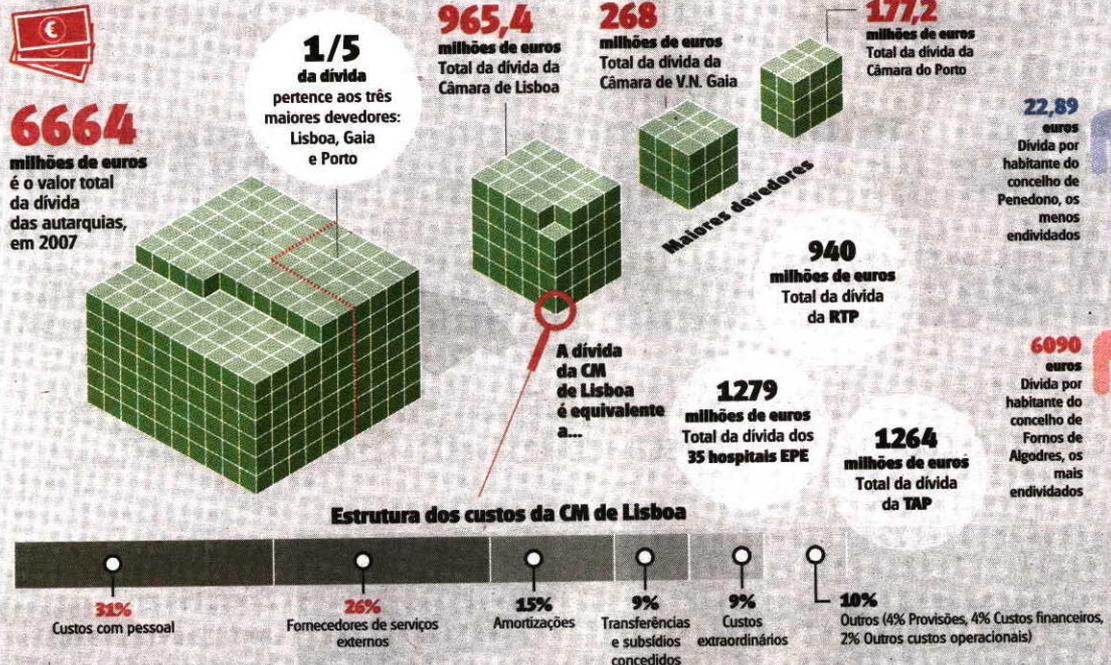
Em 2007, 90 municípios não recorreram a empréstimos bancários, um número que traduz um aumento face a anos anteriores. Em 2006, foram 73 as autarquias que não recorreram e em 2005, 63.



Despesa com pessoal é mais representativa

A despesa com pessoal foi aquela que mais sobrecarregou as autarquias em 2007 (29,2%). A aquisição de bens e serviços, subsídios, juros e transferências correntes também foram mencionados.

Contas dos municípios



Top 10 Municípios com menor dívida

1.º	Penedono	76 029
2.º	Lajes das Flores	887 246
3.º	Redondo	1 048 149
4.º	Cinfaes	1 151 687
5.º	Santa Cruz da Graciosa	1 305 780
6.º	Viana do Alentejo	1 310 182
7.º	Vila do Bispo	1 355 933
8.º	Marvão	1 415 614
9.º	Santa Cruz das Flores	1 472 867
10.º	Campo Maior	1 474 242

Top 10 Municípios com maior dívida

1.º	Lisboa	965 453 601
2.º	Vila Nova de Gaia	268 040 500
3.º	Porto	177 265 109
4.º	Aveiro	121 835 696
5.º	Gondomar	109 395 069
6.º	Maia	105 469 708
7.º	Braga	90 630 116
8.º	Sintra	89 679 427
9.º	Covilhã	86 938 744
10.º	Setúbal	83 077 853

Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses ICE / Infografia JN

Autarquias sem dinheiro para dívidas a curto prazo

Anuário financeiro revela que as câmaras de Lisboa, Gaia e Porto tiveram os maiores passivos

SUSANA OTAO
susana.otao@jn.pt

O endividamento das autarquias subiu para 6 664 milhões de euros, em 2007. Lisboa representa um terço da dívida global, mas as câmaras de Aveiro, Maia, Figueira da Foz e Gaia também se destacam com liquidez negativa.

Ao todo, 195 municípios apresentaram, no final de 2007, uma liquidez negativa de 685 milhões de euros. Tal valor - em que as dívidas a pagar foram superiores ao dinheiro disponível - é demonstrativo que as autarquias não conseguiram pagar as dívidas a curto prazo, que subiram nesse período mais de 26 milhões de euros, face ao ano anterior. As dívidas de médio e longo prazo, por seu turno, apresenta-

ram uma redução, caindo 49,5%.

Estes números foram apresentados ontem, em Lisboa, com a divulgação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que demonstra que 35 municípios são detentores de 53,5% do total das dívidas. Lisboa aparece como o município com o maior passivo, na ordem dos 965 milhões de euros, seguido de Vila Nova de Gaia (268 milhões) e do Porto (177 milhões).

No entanto, dos 308 municípios portugueses, há a destacar que 17 não registaram qualquer endividamento líquido. Neste item saliente-se que as autarquias de Penacova, Cascais, Cinfaes, Mafra, Lagos, Almada, Câmara de Lobos, Castelo Branco, Belmonte e Loulé são aquelas que apresentaram a melhor situação financeira.

De acordo com o documento apresentado na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, a dívida global das autarquias aumentou, sobretudo, devido ao endividamento junto de fornecedores e ao leasing, e não por via de empréstimos bancários. Segundo o Anuário, a dívida dos municípios à Banca diminuiu, inclusive, mais de 52 milhões de euros.

A desejar ficou ainda o nível de dependência financeira das autarquias. No ano do estudo, apenas 77 municípios apresentaram receitas próprias superiores a 50% das receitas totais, limite a partir do qual se considera que dispõem de autonomia financeira.

Os sinais mais positivos da situação em 2007 chegaram do lado das receitas, que cresceram 12%,

totalizando 547 milhões de euros de receitas cobradas nesse ano.

Ainda assim, para o coordenador do Anuário, João Carvalho, o cenário não se mostrou demasiado preocupante. Para o especialista, na globalidade as contas en-

Eduardo Cabrita garantiu que em 2008 se registou uma estabilização no endividamento

contram-se equilibradas considerando que grande parte das funções dos municípios não têm finalidade lucrativa. "O que mais me surpreendeu pela negativa foi o aumento das dívidas a fornece-

dores que podem vir a acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos", afirmou.

E no que concerne ao ano de 2008 a tendência "consolidou-se". Pelo menos assim o garantiu Eduardo Cabrita, secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, referindo que, nas informações que Portugal transmitiu à Comissão Europeia sobre as contas públicas, os municípios mostraram uma estabilização no nível de endividamento. "Portugal teve dois anos em que as contas públicas apresentaram um défice de 2,6%. Foram os dois melhores anos no que concerne a contas públicas dos últimos 30 anos e as autarquias contribuíram, pela positiva, para esse bom resultado", salientou. ■



Linha de crédito ainda dispõe de 800 milhões

A propósito da regularização das dívidas a fornecedores, Eduardo Cabrita lembrou que ainda está activa a linha de crédito, do programa "Pagamento a tempo e horas", com 800 milhões disponíveis.



Aveiro com liquidez negativa elevada

A Câmara de Aveiro foi das que apresentaram maior desequilíbrio financeiro em 2007, contando com 76,1 milhões de euros em dívidas. Foi também a que falhou mais no pagamento a fornecedores.

6664
milhões de euros foi o valor de endividamento em 2007

308
é o número de municípios existentes em Portugal

Flash



FERNANDO RUAS
PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

POSIÇÃO DAS CÂMARAS DO PORTO E DE GAIA

Rio critica comparação e Menezes desvaloriza

➔ A análise do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses é criticada pelo presidente da Câmara do Porto por falta de rigor técnico e desvalorizada pelo líder da Autarquia de Gaia, convencido de que é apenas uma "fotocópia" do relatório do ano passado.

Rui Rio condena as comparações de valores absolutos, apresentadas no documento. "A minha professora da segunda classe já dizia que não se comparam batatas com cebolas. Não podem comparar-se municípios grandes com municípios de menor dimensão. Temos de comparar o que é comparável e os valores absolutos não são comparáveis", entende o autarca, sublinhando a necessidade de olhar os números com rigor técnico. "O Canadá também deve muito mais do que S. Tomé e Príncipe", sentença Rui Rio.

A dívida total da Autarquia em 2007 era de 177,3 milhões de euros, correspondendo a 83,6% do orçamento. No final de 2008, baixou para 150 milhões. "A Câmara deve

69,5% do seu orçamento anual. É um excelente rácio em Portugal, mas ainda quero que seja mais baixo no final deste ano", adianta. No dia em que apresentou os principais indicadores do Relatório e Contas do Município referente ao exercício de 2008, o social-democrata considera que a "evolução das contas da Câmara tem sido muito positiva".

A consulta do Anuário Financeiro levou-o a descobrir um erro de cálculo: o estudo indica que o endividamento líquido do Município portuense ascendia a 205 milhões de euros, apesar do passivo referente ao exercício de 2007 ser de 177 milhões. O valor correcto do endividamento líquido, rectifica ainda o autarca, era de 153 milhões de euros.

Menezes atribui dívida às obras

Já o presidente da Câmara de Gaia, Luís Filipe Menezes, desvalorizou o Anuário de 2007, que coloca o seu concelho como o quarto do país com maior endividamento.



Rui Rio condena a falta de rigor técnico



Menezes diz que a dívida está contida

mento. "É o mesmo relatório do ano passado, da mesma entidade. Acho que já fazem fotocópia. Nem se são ao trabalho de mudar", ironizou Luís Filipe Menezes. O autarca social-democrata considera, assim, normal que Gaia permaneça ao lado de concelhos como Porto e Lisboa como uma das autarquias mais endividadas do país. "São as três maiores autarquias do país", sublinhou, voltando a socorrer-se do sarcasmo para questionar, do seguinte modo, os jornalistas: "Sabem qual é o país do mundo com mais dívidas? São os Estados Unidos".

Menezes declarou-se, nesse sentido, orgulhoso pela sua ges-

Menezes considera que o Anuário de 2007 é fotocópia do relatório do ano passado

tão no município de Gaia. "Alguns (concelhos) têm muita dívida e pouca obra. Temos uma dívida contida e muita obra. Estamos muito satisfeitos com a nossa gestão", rematou, no final de uma conferência de imprensa destinada à apresentação de um projecto municipal que visa a criação de mil postos de trabalho, durante um ano, no concelho de Gaia.

CARLA SOFIA LUZ E HERMANA CRUZ

Dívidas são por atrasos no QREN

Como vê as conclusões do Anuário ontem apresentadas?

Não conheço o documento ao pormenor. Pelas conclusões que nos chegaram através da Imprensa, ficamos contentes com o relatório. Diz que as câmaras têm contas devidamente organizadas. A liquidez é negativa em algumas câmaras, mas isso é por causa das obras do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) que ainda não tiveram retorno financeiro, nomeadamente ao nível dos centros escolares. É natural que, por isso, a situação seja passageira, pelo menos será minimizada.

O autor do estudo atribui o endividamento ao aumento das dívidas aos fornecedores e o secretário de Estado Eduardo Cabrita elogiou o programa "Pagamento a Tempo e Horas". É um programa elogiável? É um bom programa. Permite aos municípios pagar as dívidas. Faria todo o sentido que o Governo também procedesse ao pagamento das dívidas aos municípios.

Quanto é que o Estado deve?

Não tenho dados globais. Sei que só dos ministérios da Cultura e da Administração Interna a dívida é entre 30 a 40 milhões de euros. Aliás, ambos os ministérios já reconheceram isso.

O endividamento também tem a ver com o reforço de competências transferidas do Estado?

O Anuário refere que os municípios gastam cada vez mais com pessoal. Só nos recentes contratos de execução na área da educação é ver a quantidade de pessoas que passam para as câmaras. Já quando foi das actividades de enriquecimento curricular disse que só faltava que um dia viessem dizer que aumentaram as despesas das câmaras com pessoal...

HERMANA CRUZ

Um exemplo positivo

Barcelos no pódio da eficiência financeira

➔ O município de Barcelos foi o terceiro entre os 23 grandes concelhos do país a apresentar melhor eficiência financeira em 2007, ficando atrás de Almada e Amadora mas adiante de Braga e Cascais. Ao JN, o vereador das Actividades Económicas mostrou-se "muito satisfeito" pela posição no ranking, elaborado por "entidades académicas independentes". Realçou em particular a performance concelhia nos critérios de liquidez, nas dívidas a terceiros por habitante, nas despesas com pessoal versus custo total, na diminuição dos passivos financeiros e na diminuição de custos por habitante.

"Temos gerido bem os recursos, o resultado não nos surpreende e contradiz as críticas

da oposição", sustentou Félix Falcão. Apontou como próximos projectos locais a construção do futuro hospital e, no âmbito da futura parceria público-privada, a reconversão do mercado municipal, a segunda fase do complexo do estádio, parque subterrâneo, centro escolar, nove piscinas, 18 polidesportivos e pavilhão universitário, entre outros. Mas o autarca Fernando Reis admitiu publicamente que "não sabe" quanto as obras vão custar.

Curiosamente, no relatório da CTOC a autarquia do galo é, das 23 grandes do país, a que tem menos receitas próprias, o que lhe vale apenas 44% de independência financeira (rácio entre receitas próprias e totais).

NUNO PASSOS

BRUXELAS

Trinta dias para Estado pagar às empresas

➔ A Comissão Europeia propôs que as autoridades públicas tenham um prazo de 30 dias para pagar facturas às empresas, findo o qual deverão pagar juros e uma indemnização de 5% do montante em dívida.

A proposta ontem apresentada pelo Executivo comunitário em Bruxelas enquadra-se na luta contra os atrasos nos pagamentos nas transacções comerciais entre autoridades públicas e empresas, numa altura particularmente sensível.

"Esta situação (de atrasos nos pagamentos) impede o desenvolvimento dos negócios e é mesmo responsável por falências de empresas que de outro modo seriam viáveis, nomeadamente no caso de Pequenas e Médias Empresas (PME)", justifica a Comissão.

Para Bruxelas, as autoridades públicas devem "dar o exemplo", pelo que propõe que, "como re-

gra", paguem no prazo de 30 dias, "caso contrário terão de pagar juros, uma indemnização por custos de cobrança e uma indemnização fixa de 5% do montante em dívida, aplicável desde o primeiro dia de atraso".

Em reacção à proposta, o secretário de Estado do Tesouro e Finanças disse que há "abertura total", acrescentando que "é convergente com as preocupações do Governo" na redução de prazos para pagamentos aos fornecedores. "Vamos analisar, ver os detalhes da proposta, os termos técnicos, estamos abertos à sua análise", sublinhou Costa Pina.

Também as associações do sector da construção consideraram "positiva" a proposta, afirmando que contribuirá para aliviar as tesourarias das empresas e um "contributo para a preservação do emprego" no sector. ■



Em 2007

Endividamento das autarquias subiu para 6.664 milhões de euros

O endividamento das autarquias subiu para 6.664 milhões de euros em 2007 e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios.

Este aumento do endividamento dos municípios, que ocorreu sobretudo por via das dívidas a fornecedores e do recurso ao leasing, foi o factor mais negativo sublinhado pelo coordenador do anuário, João Carvalho.

«O que mais me surpreendeu pela negativa foi o aumento das dívidas a fornecedores, que podem acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos» sublinhou o especialista.

A propósito da regularização das dívidas dos municípios aos fornecedores, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, sublinhou a importância do programa 'Pagamento a Tempo de Horas', no âmbito do qual foi disponibilizada uma linha de crédito de 1.250 milhões de euros.

«Sessenta e nove candidaturas foram aprovadas, num valor global de 420 milhões de euros», avançou Eduardo Cabrita, acrescentando que o prazo de apresentação de candidaturas foi prolongado e que as autarquias têm até final de Junho cerca de 800 milhões disponíveis.

«A evolução global é positiva e resulta da aplicação das regras da nova Lei das Finanças Locais, que permitiu um maior conhecimento da situação financeira dos municípios e a estabilização na programação financeira, além de um aumento das receitas próprias, sobretudo fiscais», afirmou.

Eduardo Cabrita sublinhou ainda que esta tendência **«consolidou-se em 2008»**, frisando que na informação que Portugal deu à Comissão Europeia sobre as contas públicas os municípios mostraram uma estabilização no nível de endividamento.

«Portugal teve dois anos em que as contas públicas apresentaram um défice de 2,6 por cento. Foram os dois melhores anos de contas públicas em 30 anos de democracia e as autarquias contribuíram pela positiva para esse bom resultado», disse.

De acordo com os dados revelados no anuário, mais de um quarto da dívida global dos municípios vai para o município de Lisboa, com um valor total de 965 milhões.

O Anuário dos Municípios Portugueses 2007, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi elaborado por uma equipa de investigadores da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e apresentado na sede da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.



Endividamento das autarquias subiu para 6.664 ME em 2007

O **ENDIVIDAMENTO** das autarquias subiu para 6.664 milhões de euros em 2007 e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios, ontem apresentado. Este aumento do endividamento dos municípios, que ocorreu sobretudo por via das dívidas a fornecedores e do recurso ao leasing, foi o factor mais negativo sublinhado pelo coordenador do anuário, João Carvalho. "O que mais me surpreendeu pela negativa foi o aumento das dívidas a fornecedores, que podem acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos", sublinhou o especialista.

A propósito da regularização das divi-

das dos municípios aos fornecedores, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, sublinhou a importância do programa "Pagamento a Tempo de Horas", no âmbito do qual foi disponibilizada uma linha de crédito de 1.250 milhões de euros.

"Sessenta e nove candidaturas foram aprovadas, num valor global de 420 milhões de euros", avançou Eduardo Cabrita, acrescentando que o prazo de apresentação de candidaturas foi prolongado e que as autarquias têm até final de Junho cerca de 800 milhões disponíveis.

"A evolução global é positiva e resulta da aplicação das regras da nova Lei das Fi-

nanças Locais, que permitiu um maior conhecimento da situação financeira dos municípios e a estabilização na programação financeira, além de um aumento das receitas próprias, sobretudo fiscais", afirmou.

Eduardo Cabrita sublinhou ainda que esta tendência "consolidou-se em 2008", frisando que na informação que Portugal deu à Comissão Europeia sobre as contas públicas os municípios mostraram uma estabilização no nível de endividamento.

"Portugal teve dois anos em que as contas públicas apresentaram um défice de 2,6 por cento. Foram os dois melhores anos de contas públicas em 30 anos de

democracia e as autarquias contribuíram pela positiva para esse bom resultado", disse.

De acordo com os dados revelados no anuário, mais de um quarto da dívida global dos municípios vai para o município de Lisboa, com um valor total de 965 milhões.

O Anuário dos Municípios Portugueses 2007, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi elaborado por uma equipa de investigadores da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e apresentado na sede da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.]

RTP N - Jornal do País , 08-04-2009

Dívidas das Autarquias

Hora:20:00:00

Duração:00:01:55

6600 milhões de euros eram as dívidas das autarquias em finais de 2007. Um estudo da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas indica que Lisboa, Porto e Gaia lideram o endividamento. Declarações de Fernando Ruas, presidente da ANMP.

SIC - Jornal da Noite , 08-04-2009

Dívidas dos municípios

Hora:20:00:00

Duração:00:02:06

As câmaras municipais estão menos endividadadas, mas ainda há casos dramáticos. Lisboa, Porto e Gaia, são as câmaras com maiores dificuldades.

SIC Notícias - Edição da Noite , 08-04-2009

Dívidas dos municípios

Hora:22:00:00

Duração:00:02:05

As câmaras municipais estão menos endividadadas, mas ainda há casos dramáticos. Lisboa, Porto e Gaia, são as câmaras com maiores dificuldades.



Autarquias deviam 6600 milhões de euros

No final de 2007 as autarquias portuguesas deviam 6600 milhões de euros, mas a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas esperava um cenário mais negro

A dívida de todos os municípios cresceu 0,4 por cento de 2006 para 2007 com um resultado fixado em 6600 milhões.

Os trabalhadores ligados contratualmente aos municípios representam a maior despesa, cerca de 30 por cento, enquanto os impostos e as transferências são as principais fontes de rendimento.

Do total das 195 autarquias quem em 2007 tinham uma falta de liquidez de 685 milhões de euros, só a Câmara de Lisboa registava 267 milhões de euros de saldo negativo.

"Não me parece que a situação seja dramática salvo meia dúzia de municípios que têm uma situação que merece algum cuidado", afirmou João Carvalho, coordenador do relatório anual.

A mesma fonte confessou que esperava um resultado pior, mas sublinhou que apesar das despesas terem aumentado, as receitas também dispararam e notou-se um esforço dos responsáveis pelas autarquias em equilibrar os números.



ID: 24579756

09-04-2009

Só 25% das câmaras têm independência financeira

195 DOS 308 municípios do país não têm meios para pagar as dívidas de funcionamento corrente.

Alexandra de Almeida Ferreira
aferreira@economicasgpps.com

De um universo de 308 municípios, 231 não têm autonomia financeira. O mesmo é dizer que apenas 25% das autarquias (77) apresentam receitas próprias superiores a 50% das receitas totais. Das 231 que estão abaixo desse limiar, 79 delas têm receitas próprias que não chegam sequer a 20% das receitas totais.

Os dados constam do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo às execuções orçamentais de 2007. Face aos dados de 2006, houve uma melhoria na independência financeira das autarquias, com mais sete municípios a preencherem este requisito.

De acordo com a nova Lei das Finanças Locais, em vigor desde Junho de 2007, não ter autonomia financeira significa que os montantes que as Câmaras arrecadam em impostos municipais - IMI, IMT, ISV e derrama -, cobrança de taxas municipais e venda de património não chega a representar metade das receitas totais. Quando isto sucede, as autarquias dependem sobretudo das transferências do Orçamento do Estado, uma característica mais comum nos municípios de menor dimensão.

ligeiro aumento das dívidas a terceiros que, em 2007, somaram 6.663 milhões de euros e, deste montante, 53,5% é da responsabilidade de apenas 35 municípios. Mas as dívidas de curto prazo - a fornecedores - aumentaram 76 milhões de euros, enquanto, relativamente à banca, diminuíram 49 milhões de euros.

Em declarações ao Diário Económico, Fernando Ruas, presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) explica esta opção com o facto

Autarcas preferiram atrasar pagamento a fornecedores do que à banca. "As sanções [da banca] são mais pesadas", justifica Fernando Ruas.

das "sanções serem mais pesadas" da parte da banca do que dos fornecedores. "Eles já contam com os nossos atrasos, na banca as câmaras têm mais dificuldades em adiar", explica Fernando Ruas. No entanto, acrescenta, "o programa de regularização de dívidas do Estado vai ajudar a reequilibrar este pagamento e, a prazo, voltarão a ser superiores as dívidas à banca".

Dois terços dos municípios com liquidez negativa

Apesar da liquidez global continuar negativa em 698 milhões de euros, com 195 municípios a contribuírem para esta situação, houve uma melhoria face a 2006, diz o Anuário. A liquidez refere-se à capacidade de pagar dívidas de curto prazo (medida em função das disponibilidades e dívidas a receber), que traduzem gastos com despesas de funcionamento, obras da responsabilidade da câmara, etc. Sem surpresas, Lisboa é o pior aluno e representa um terço da liquidez negativa global dos 308 municípios, num montante global de 266,2 milhões de euros, em Dezembro de 2007.

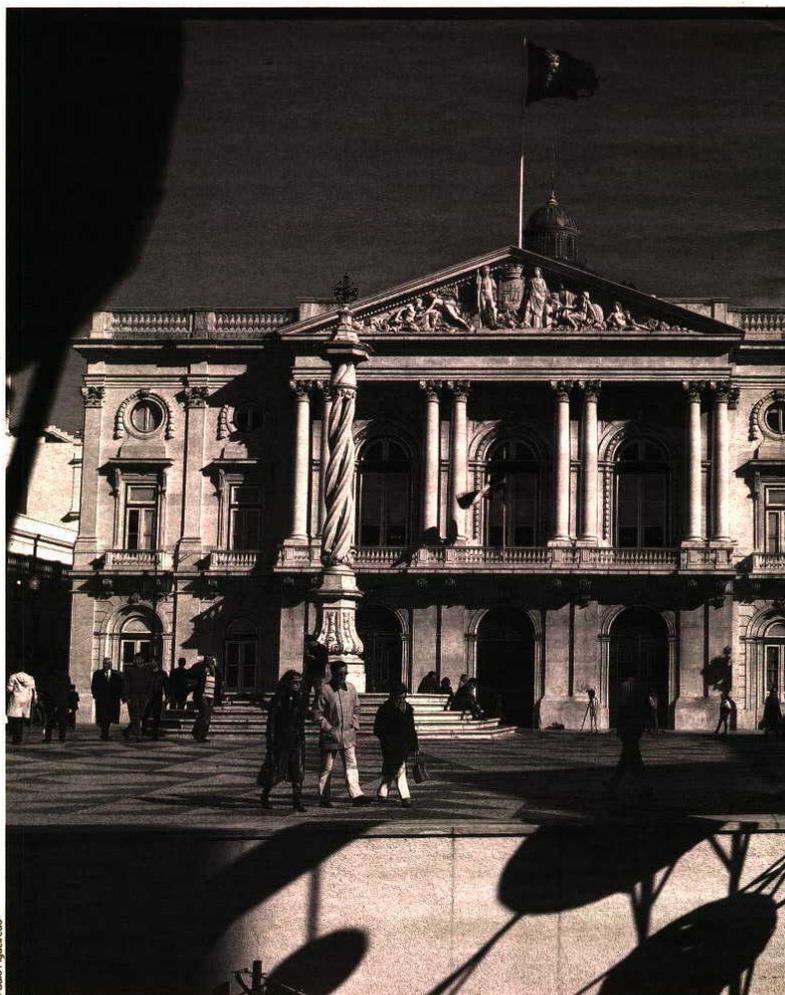
Para o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, os resultados dos municípios foram "globalmente positivos" e mostram "o esforço das autarquias para reduzirem o seu endividamento". Para o presidente da ANMP, o problema da liquidez negativa deverá ficar atenuado quando os municípios começarem a receber dinheiro do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Recorde-se que existem 1.400 milhões de euros do QREN que serão canalizados para projectos locais. ■

Câmaras preferem pagar à banca

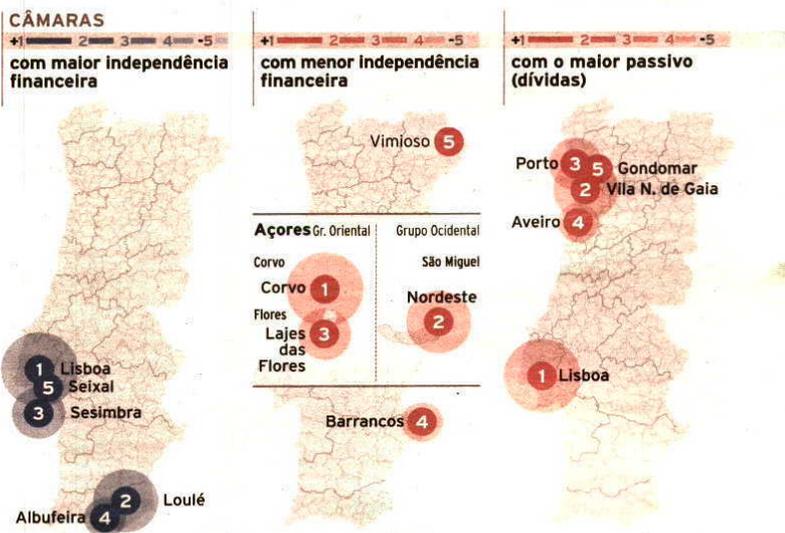
Quando as contas são feitas ao endividamento, verifica-se que as câmaras preferiram atrasar o pagamento a fornecedores e reduzir a dívida junto da banca. Em termos globais, houve um



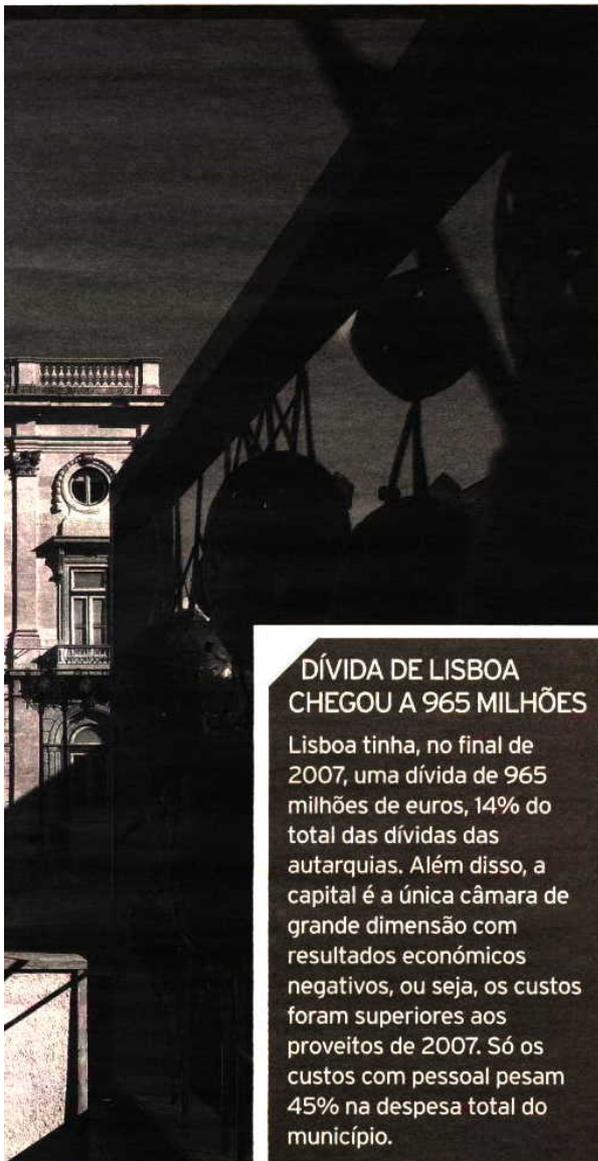
Fernando Ruas,
Presidente da ANMP



RETRATO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS



Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007.



DÍVIDA DE LISBOA CHEGOU A 965 MILHÕES

Lisboa tinha, no final de 2007, uma dívida de 965 milhões de euros, 14% do total das dívidas das autarquias. Além disso, a capital é a única câmara de grande dimensão com resultados económicos negativos, ou seja, os custos foram superiores aos proveitos de 2007. Só os custos com pessoal pesam 45% na despesa total do município.

As autarquias melhoraram a sua liquidez negativa e há mais câmaras a conquistarem a autonomia financeira.



Litoral do país cobra mais aos cidadãos

Cobrança fiscal deixa de fora 32% das receitas.

As câmaras do litoral e as de grande dimensão (mais de 100 mil habitantes) são as que mais dependem das receitas fiscais. Cerca de 65% das receitas totais de Loulé, Cascais, Lisboa, Oeiras, Portimão, Albufeira e Matosinhos provêm dos municípios. Estas são, em regra, cidades onde a captação de investimento imobiliário e o crescimento deste sector de actividade se faz sentir de forma mais acentuada do que no interior do país.

Este peso dos impostos cobrados no orçamento destas câmaras é praticamente o dobro da média dos 308 municípios, que rondou os 37,1% em 2007, percentagem que se tem mantido relativamente inalterada nos últimos três anos, segundo os dados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007. A maioria das receitas continua a vir das transferências do Orçamento do Estado que pesam, em média, 40% nos orçamentos camarários. Só a seguir vem a venda de bens e serviços. Naturalmente, quanto menor a dimensão do município, maior é a dependência das transferências da Administração Central.

Câmaras incapazes de cobrar 30% das receitas

Face ao orçamento aprovado para 2007, as câmaras cobraram, em média, apenas 68% das receitas. Este valor, que deixa ainda de fora 32% das verbas, revela, no entanto, uma melhoria da cobrança face a 2006, quando foram cobrados apenas 61,5%. Em 2007, foram cobrados 7,517 milhões de euros, mais 547

milhões que no ano anterior. No Anuário pode ler-se que esta ineficiência na cobrança "é um dado preocupante, significando uma má gestão de cobranças das receitas".

Face ao orçamento aprovado para 2007, as câmaras cobraram, em média, apenas 68% das receitas. Um valor que deixa ainda de fora 32% das verbas.

Foram cobrados 908 milhões de euros de IMI e 912 milhões de euros de IMT em 2007. Mas, em 2008, estas receitas - por via da crise e da estagnação do mercado imobiliário e alargamento do período de isenção do IMI - deverão crescer mais moderadamente ou mesmo recuar, com 2009 a registar um agravamento deste cenário.

O Anuário aponta três razões para o aumento da receita cobrada: melhoria na eficiência da cobrança, aumento das transferências do Estado em 64,5 milhões de euros e reforço da cobrança de impostos directos, indirectos e taxas, que renderam aos cofres das câmaras 384 milhões de euros. ■ **A.A.F.**

Anuário financeiro das autarquias

Receitas cobradas pelas autarquias subiram 547 milhões em 2007

As 308 autarquias portuguesas arrecadaram 7.517 milhões de euros de receitas em 2007, o que representa um aumento de 12% - equivalente a 547 milhões -, em relação a 2006, de acordo com o anuário financeiro dos municípios portugueses de 2007, divulgado hoje.

Susana Domingos
sdomingos@negocios.pt

As 308 autarquias portuguesas arrecadaram 7.517 milhões de euros de receitas em 2007, o que representa um aumento de 12% - equivalente a 547 milhões -, em relação a 2006, de acordo com o anuário financeiro dos municípios portugueses de 2007, divulgado hoje.

Segundo João Carvalho, coordenador do anuário financeiro das autarquias, o aumento das receitas cobradas foi um dos elementos que mais surpreendeu pela positiva. E resulta, explicou na sessão de apresentação que decorreu na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, de uma melhoria na eficiência das cobranças de receitas, no aumento de 64,5 milhões de euros de transferências do Orçamento do Estado para as autarquias e do aumento das cobranças de impostos.

Segundo o responsável, em 2007 as receitas de IMI ascenderam a 988 milhões de euros e as de IMT (transmissão de imóveis) somou 912 milhões. As transferências do Orçamento do Estado dependem do nível de receitas de IRS e IRC cobradas pela Administração Central dois anos antes do ano de referência (neste caso, de 2005), ano em que a economia portuguesa cresceu menos de 1% em termos reais.

Dívidas a fornecedores aumentaram

Endividamento das autarquias subiu para 6.664 milhões de euros em 2007

O endividamento global das autarquias portuguesas ascendeu a 6.664 milhões de euros em 2007, o que representa um aumento de 26,6 milhões de euros face a 2006. As dívidas a fornecedores deram o principal contributo para o agravamento das dívidas dos municípios, revela o anuário financeiro dos municípios portugueses divulgado hoje.

Susana Domingos
sdomingos@negocios.pt

O endividamento global das autarquias portuguesas ascendeu a 6.664 milhões de euros em 2007, o que representa um aumento de 26,6 milhões de euros face a 2006. As dívidas a fornecedores deram o principal contributo para o agravamento das dívidas dos municípios, revela o anuário financeiro dos municípios portugueses divulgado hoje.

As dívidas de médio e longo prazo continuam a ter um peso significativo no total de dívidas das autarquias, mas diminuiu 49,5 milhões de euros no ano passado. Em 2007, ascenderam a 4.399 milhões, contra 4.449 milhões de euros em 2006.

A Câmara de Lisboa, a maior autarquia do país, continua a ser a detentora do maior passivo em 2007, de 965,5 milhões, embora tenha registado uma melhoria de 15,5 milhões face a 2006.

A entrada em vigor, em 2007, da Lei das Finanças Locais limita o nível de endividamento das autarquias, o que terá contribuído para a melhoria do desempenho menos negativo nesta matéria. O anuário financeiro revela que em 2007 houve um aumento do recurso a empréstimos da banca, mas pela primeira vez, com um valor de 357 milhões de euros, mais 81 milhões que em 2006.

Ainda assim, e pela primeira vez, o valor das amortizações dos empréstimos bancários superou o nível de endividamento junto dos bancos, ao ascender a 395 milhões de euros, revela o mesmo estudo. Segundo João Carvalho, coordenador do anuário financeiro dos municípios, o recurso a empréstimos bancários acaba por ter um peso pouco significativo no total das receitas autárquicas, de apenas 5%.

No entanto, as dívidas de curto prazo, onde se incluem nomeadamente as dívidas a fornecedores, registaram um agravamento, totalizando 2.264 milhões de euros no ano passado, mais 76,6 milhões que em 2006.



Autarquias: Endividamento subiu para 6.664 milhões em 2007

Lisboa, Portugal 08/04/2009 14:00 (LUSA)

Lisboa, 08 Abr (Lusa) - O endividamento das autarquias subiu para 6.664 milhões de euros em 2007 e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios, hoje apresentado.

Este aumento do endividamento dos municípios, que ocorreu sobretudo por via das dívidas a fornecedores e do recurso ao leasing, foi o factor mais negativo sublinhado pelo coordenador do anuário, João Carvalho.

"O que mais me surpreendeu pela negativa foi o aumento das dívidas a fornecedores, que podem acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos" sublinhou o especialista.

A propósito da regularização das dívidas dos municípios aos fornecedores, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, sublinhou a importância do programa 'Pagamento a Tempo de Horas', no âmbito do qual foi disponibilizada uma linha de crédito de 1.250 milhões de euros.

"Sessenta e nove candidaturas foram aprovadas, num valor global de 420 milhões de euros", avançou Eduardo Cabrita, acrescentando que o prazo de apresentação de candidaturas foi prolongado e que as autarquias têm até final de Junho cerca de 800 milhões disponíveis.

"A evolução global é positiva e resulta da aplicação das regras da nova Lei das Finanças Locais, que permitiu um maior conhecimento da situação financeira dos municípios e a estabilização na programação financeira, além de um aumento das receitas próprias, sobretudo fiscais", afirmou.

Eduardo Cabrita sublinhou ainda que esta tendência "consolidou-se em 2008", frisando que na informação que Portugal deu à Comissão Europeia sobre as contas públicas os municípios mostraram uma estabilização no nível de endividamento.

"Portugal teve dois anos em que as contas públicas apresentaram um défice de 2,6 por cento. Foram os dois melhores anos de contas públicas em 30 anos de democracia e as autarquias contribuíram pela positiva para esse bom resultado", disse.

De acordo com os dados revelados no anuário, mais de um quarto da dívida global dos municípios vai para o município de Lisboa, com um valor total de 965 milhões.

O Anuário dos Municípios Portugueses 2007, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi elaborado por uma equipa de investigadores da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e apresentado na sede da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

SO

Lusa/fim

Autarquias: Câmara de Aveiro liderou desequilíbrio financeiro em 2007

Lisboa, Portugal 08/04/2009 15:20 (LUSA)

Lisboa, 08 Abr (Lusa) - A Câmara de Aveiro é a que maior desequilíbrio financeiro apresentou em 2007, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios, hoje apresentado.

De acordo com a nova Lei das Finanças Locais, um município com dívidas a fornecedores superiores a metade das receitas totais do ano anterior pode ser considerado em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou em ruptura financeira.

Segundo o Anuário, 73 municípios portugueses estavam nestas condições em 2007 e no topo da lista aparece Aveiro, com 76,1 milhões de dívidas e 39,5 milhões de receitas cobradas no ano anterior.

No ranking do desequilíbrio financeiro o município de Aveiro é seguido pelo do Fundão (Castelo Branco), que apresentou 37,4 milhões de euros de dívidas a fornecedores em 2007 e 24 milhões de receitas cobradas no ano anterior.

No sentido inverso, os municípios com menor índice de dívidas a fornecedores relativamente às receitas do ano anterior são Penedono (Viseu), Aguiar da Beira (Guarda), Santa Cruz das Flores (Açores), Santa Marta de Penaguião (Vila Real) e Vila Nova de Cerveira (Viana do Castelo), todos com menos de 20.000 habitantes.

O anuário destaca ainda que mais de dois terços (223) das câmaras municipais apresentaram resultados económicos (lucro) positivos e coloca no topo do ranking global os municípios de Penacova (de pequena dimensão, até 20.000 habitantes) e de Cascais (grande dimensão, mais de 100 mil habitantes), este último em segundo lugar pelo segundo ano consecutivo.

Contudo, da análise feita aos resultados líquidos conseguidos pelos municípios portugueses em 2007, a equipa responsável pelo Anuário aponta uma diminuição do valor total, que baixou de 664 (2006) para 485 milhões de euros (menos 179 milhões).

SO

Lusa/fim

Câmara do Porto: Passivo da autarquia baixou 15 por cento em 2008 - Rui Rio

Porto, Portugal 08/04/2009 19:18 (LUSA)

Porto, 8 Abr (Lusa) - O passivo da Câmara Municipal do Porto baixou 15 por cento em 2008, disse hoje à Lusa o presidente da autarquia, Rui Rio, após a apresentação do relatório de contas do município referente àquele ano.

"A Câmara do Porto tinha, em 2007, um passivo total de 177 milhões de euros que reduziu, em 2008, para 150 milhões de euros, ou seja, baixou 15 por cento", precisou o autarca, no final de uma conferência de imprensa para apresentação das contas de 2008.

Rui Rio salientou que esse passivo "representa apenas 13 por cento do activo da câmara".

Essa redução no passivo permite agora à autarquia, segundo o autarca social-democrata, "ter um prazo de pagamento a fornecedores, inferior a 30 dias".

Em 2008, o maior investimento foi o feito na habitação social, com 21,4 ME, estando previstos 22,6 ME para 2009.

Também em 2008, a autarquia "não contraiu empréstimos bancários", destacou Rui Rio.

No âmbito das reduções de custos, entre 2002 (primeiro ano do mandato de Rui Rio) e 2008, o número de colaboradores na câmara baixou de 3.400 para 2.860, tendo sido igualmente reduzido o pagamento de horas extraordinárias. Neste item o executivo pagou menos sete milhões de euros em 2008, quando comparado com o mesmo montante em 2002.

"Esses sete milhões foram aplicados na redução da dívida e em investimentos", salientou.

Ao longo do último mandato do autarca do PSD, "todos os orçamentos foram superavitários", o que significa que a autarquia "recebeu mais que o que gastou e aplicou na redução da dívida"

Nos últimos anos a Câmara do Porto "tem vindo a reduzir o passivo ao ponto de agora ter uma situação financeira equilibrada que permite reduzir a factura de juros e pagar a tempo e horas", salientou Rui Rio.

LYL.

Lusa/Fim

Gaia: Luís Filipe Menezes anuncia protocolo que vai criar 1000 empregos

Porto, Portugal 08/04/2009 18:15 (LUSA)

Gaia, 08 Abr (Lusa) - O presidente da Câmara de Gaia, Luís Filipe Menezes, apresentou esta tarde o protocolo 'Gaia Mais Solidária' que visa a criação de mil postos de trabalho naquele concelho, durante os próximos meses.

O projecto, que vai ser apresentado na próxima reunião de câmara, será realizado entre a autarquia, o centro de emprego de Gaia e as pequenas e médias empresas do município, representando um custo anual de cerca de 880 mil euros.

O protocolo 'Gaia Mais Solidária' prevê duas modalidades: uma ligada ao sector público, com a contratação de 350 pessoas para jardins-de-infância e associações sociais e culturais, e a segunda ligada às PME's, com apoio de 20 por cento do vencimento, por um ano, a 650 candidatos a estágios INOVJOVEM, profissionais e de qualificação para emprego.

As verbas para este projecto resultam de "um corte na reabilitação da rede viária", disse o autarca.

"Mil postos de trabalho é o mínimo e o máximo que podemos fazer na perspectiva das políticas sociais pró-activas", salientou Luís Filipe Menezes.

Quanto aos dados hoje lançados pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - que colocam o concelho de Gaia em quarto lugar quanto à liquidez negativa (com 29 milhões de euros) - o autarca salientou que o resultado é "igual ao do ano passado".

"Não se pode comparar Gaia com Fornos de Algodres e a Vidigueira", frisou.

Menezes sustentou que a Câmara de Gaia tem "uma dívida contida e muita obra".

"Estamos satisfeitos com a nossa gestão", afirmou.

LYL/SO.

Lusa/fim



Autarquias

Endividamento subiu para 6.664 milhões em 2007

O endividamento das autarquias subiu para 6.664 milhões de euros em 2007 e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios, hoje apresentado.

Este aumento do endividamento dos municípios, que ocorreu sobretudo por via das dívidas a fornecedores e do recurso ao leasing, foi o factor mais negativo sublinhado pelo coordenador do anuário, João Carvalho.

"O que mais me surpreendeu pela negativa foi o aumento das dívidas a fornecedores, que podem acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos" sublinhou o especialista.

A propósito da regularização das dívidas dos municípios aos fornecedores, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, sublinhou a importância do programa 'Pagamento a Tempo de Horas', no âmbito do qual foi disponibilizada uma linha de crédito de 1.250 milhões de euros.

"Sessenta e nove candidaturas foram aprovadas, num valor global de 420 milhões de euros", avançou Eduardo Cabrita, acrescentando que o prazo de apresentação de candidaturas foi prolongado e que as autarquias têm até final de Junho cerca de 800 milhões disponíveis.

"A evolução global é positiva e resulta da aplicação das regras da nova Lei das Finanças Locais, que permitiu um maior conhecimento da situação financeira dos municípios e a estabilização na programação financeira, além de um aumento das receitas próprias, sobretudo fiscais", afirmou.

Eduardo Cabrita sublinhou ainda que esta tendência "consolidou-se em 2008", frisando que na informação que Portugal deu à Comissão Europeia sobre as contas públicas os municípios mostraram uma estabilização no nível de endividamento.

"Portugal teve dois anos em que as contas públicas apresentaram um défice de 2,6 por cento. Foram os dois melhores anos de contas públicas em 30 anos de democracia e as autarquias contribuíram pela positiva para esse bom resultado", disse.

De acordo com os dados revelados no anuário, mais de um quarto da dívida global dos municípios vai para o município de Lisboa, com um valor total de 965 milhões.

O Anuário dos Municípios Portugueses 2007, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi elaborado por uma equipa de investigadores da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e apresentado na sede da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.



Anuário Financeiro dos Municípios

Endividamento das autarquias subiu para 6664 milhões em 2007

08.04.2009 - 15h05

Por Lusa

O endividamento das autarquias subiu para 6664 milhões de euros em 2007, e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios, hoje apresentado.

Este aumento do endividamento dos municípios, que ocorreu sobretudo por via das dívidas a fornecedores e do recurso ao “leasing”, foi o factor mais negativo sublinhado pelo coordenador do anuário, João Carvalho.

“O que mais me surpreendeu pela negativa foi o aumento das dívidas a fornecedores, que podem acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos” sublinhou o especialista.



Mais de um quarto da dívida global dos municípios respeita a Lisboa, com um valor total de 965 milhões

A propósito da regularização das dívidas dos municípios aos fornecedores, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, sublinhou a importância do programa Pagamento a Tempo de Horas, no âmbito do qual foi disponibilizada uma linha de crédito de 1250 milhões de euros.

“Sessenta e nove candidaturas foram aprovadas, num valor global de 420 milhões de euros”, avançou Eduardo Cabrita, acrescentando que o prazo de apresentação de candidaturas foi prolongado e que as autarquias têm até final de Junho cerca de 800 milhões disponíveis.

Eduardo Cabrita refere estabilização em 2008

“A evolução global é positiva e resulta da aplicação das regras da nova Lei das Finanças Locais, que permitiu um maior conhecimento da situação financeira dos municípios e a estabilização na programação financeira, além de um aumento das receitas próprias, sobretudo fiscais”, afirmou.

Eduardo Cabrita sublinhou ainda que esta tendência “consolidou-se em 2008”, frisando que, na informação que Portugal deu à Comissão Europeia sobre as contas públicas, os municípios mostraram uma estabilização no nível de endividamento.

“Portugal teve dois anos em que as contas públicas apresentaram um défice de 2,6 por cento. Foram os dois melhores anos de contas públicas em 30 anos de democracia e as autarquias contribuíram pela positiva para esse bom resultado”, disse.

De acordo com os dados revelados no anuário, mais de um quarto da dívida global dos municípios vai para o município de Lisboa, com um valor total de 965 milhões.

O Anuário dos Municípios Portugueses 2007, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi elaborado por uma equipa de investigadores da Universidade do Minho e do



Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007

Contas das autarquias satisfazem Governo

08.04.2009 - 15h12

Por Ana Rita Faria

Apesar de as autarquias terem aumentado o seu endividamento em 2007 e de a maioria não ter mesmo liquidez para pagar as suas dívidas a curto prazo, o Governo está satisfeito com os resultados apresentados hoje no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007.

O secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, defende que as contas apresentadas no Anuário de 2007 são uma “análise extremamente positiva”, que resulta do “esforço de desenvolvimento feito pelas autarquias locais e de um quadro de acompanhamento anteriormente inexistente”.

As contas dos municípios em 2007 coincidiram com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais.

Além disso, Eduardo Cabrita destacou que a evolução positiva das autarquias em 2007 mostra não só “o contributo que a administração local pode dar na melhoria das contas públicas”, mas também que os municípios “estão preparados para assumir um papel decisivo no combate à crise económica e financeira”.

O secretário de Estado realçou que, desde 2007, os municípios têm contribuído cada vez menos para o défice das contas públicas, ao mesmo tempo que tem incrementado a sua autonomia financeira.

Segundo Eduardo Cabrita, “pela primeira vez, em 2007, o montante global das receitas provenientes dos impostos locais ultrapassou o valor global das transferências do orçamento de Estado”, o que mostra que as autarquias estão a conseguir reforçar a sua “sustentabilidade e autonomia financeira”.

TSF - Notícias , 08-04-2009

Autarquias sem dinheiro para pagar dívidas a curto prazo

Hora:10:00:00

Duração:00:02:43

O Secretário de Estado da Administração Local considera que os municípios estão agora prontos para assumir novas competências. É assim que comenta o diagnóstico sobre as contas das autarquias. Declarações do coordenador do anuário financeiro dos municípios portugueses, João Carvalho, e de Eduardo Cabrita, Secretário de Estado.

TSF - Notícias , 08-04-2009

Autarquias sem dinheiro para pagar dívidas a curto prazo

Hora:9:30:00

Duração:00:01:18

Mais de metade das autarquias não tinha no final de 2007 receitas suficientes para pagar as dívidas a curto prazo. É uma das conclusões a que chega o anuário financeiro dos municípios portugueses que hoje vai ser apresentado. Declarações do coordenador do anuário, João Carvalho.

TSF - Notícias , 08-04-2009

Autarquias sem dinheiro para pagar dívidas a curto prazo

Hora:9:00:00

Duração:00:04:11

As autarquias portuguesas deviam, no final de 2007, cerca de 6500 milhões de euros. A maioria não tinha dinheiro para pagar as dívidas a curto prazo. Lisboa era o caso mais grave. A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas que apresenta, esta manhã, o habitual anuário financeiro dos municípios portugueses, diz que estava à espera de um cenário muito pior. Declarações do coordenador do anuário financeiro dos municípios portugueses, João Carvalho, de Fernando Ruas, presidente da ANMP, e de Eduardo Cabrita, Secretário de Estado da Administração Local.

TSF - Notícias , 08-04-2009

Autarquias sem dinheiro para pagar dívidas a curto prazo

Hora:8:30:00

Duração:00:01:13

Mais de metade das autarquias não tinha no final de 2007 receitas suficientes para pagar as dívidas a curto prazo. É uma das conclusões a que chega o anuário financeiro dos municípios portugueses que hoje vai ser apresentado. Declarações do coordenador do anuário, João Carvalho.

TSF - Notícias , 08-04-2009

Autarquias sem dinheiro para pagar dívidas a curto prazo

Hora:8:00:00

Duração:00:03:40

As autarquias portuguesas deviam, no final de 2007, cerca de 6500 milhões de euros. A maioria não tinha dinheiro para pagar as dívidas a curto prazo. Lisboa era o caso mais grave. A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas que apresenta, esta manhã, o habitual anuário financeiro dos municípios portugueses, diz que estava à espera de um cenário muito pior. Declarações do coordenador do anuário financeiro dos municípios portugueses, João Carvalho, e de Fernando Ruas, presidente da ANMP.

TSF - Notícias , 08-04-2009

Autarquias sem dinheiro para pagar dívidas a curto prazo

Hora:7:00:00

Duração:00:03:38

As autarquias deviam, no final de 2007, 6600 milhões de euros. A maioria não tinha dinheiro para pagar as dívidas a curto prazo. Lisboa era o caso mais grave. A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas que apresenta, esta manhã, o habitual anuário financeiro dos municípios portugueses, diz que estava à espera de um cenário muito pior. Declarações do coordenador do anuário financeiro dos municípios portugueses, João Carvalho, e de Fernando Ruas, presidente da ANMP.



Maioria das autarquias sem dinheiro para pagar dívidas a curto prazo

As autarquias deviam, no final de 2007, 6600 milhões de euros. A maioria não tinha dinheiro para pagar as dívidas a curto prazo. Lisboa era o caso mais grave. A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas que apresenta, esta manhã, o habitual Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, diz que estava à espera de um cenário muito pior.

Lisboa, Porto e Gaia lideram a lista das autarquias que registam um maior endividamento.

Mais de metade dos municípios não têm receitas suficientes para pagar as dívidas a curto prazo. Ao todo, são 195 autarquias que no final de 2007, apresentavam uma falta de liquidez de 685 milhões de euros.

Na altura, só a Câmara de Lisboa tinha um saldo negativo de quase 267 milhões. No total, a dívida de todos os municípios era superior a 6600 milhões de euros, mais 0,4 por cento do que no ano anterior.

O coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses até estava à espera de pior. João Carvalho diz que ficou surpreendido pela positiva.

«Não me parece que a situação seja dramática salvo meia dúzia de municípios que têm uma situação que merece algum cuidado», salienta.

João Carvalho sublinha que as receitas aumentaram e as despesas também, mas houve um esforço das autarquias para equilibrar as contas.

As despesas com o pessoal continuam a representar a fatia maior, quase 30 por cento, dos gastos dos municípios, enquanto os impostos e as transferências são a principal fonte de receita.

João Carvalho deixa uma sugestão às autarquias, para que seja repensado o papel das empresas municipais.

As contas das empresas de serviços municipalizados foram analisadas pela primeira vez neste anuário, que coloca Lisboa, Vila Nova de Gaia e Porto no "top" das câmaras com maior endividamento.

Cristina Lai Men

Governo satisfeito com resultados das dívidas dos municípios

Apesar de muito endividadas no final de 2007, as autarquias portuguesas davam sinais no sentido de equilibrar os orçamentos. O Governo reclama parte do mérito, porque esse foi o ano de estreia da nova lei das Finanças Locais. O secretário de Estado Eduardo Cabrita, em declarações à TSF, diz que as autarquias estão agora prontas para assumir novas responsabilidades.

O secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, em declarações à TSF, considera que os resultados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses são muito positivos, o que também acontece devido ao mérito do Governo, já que coincidem com a entrada em vigor da nova lei das finanças locais.

«Permitiu uma melhor acompanhamento do endividamento municipal, o acompanhamento pela primeira vez das empresas municipais e revela uma situação bastante positiva da situação dos municípios», afirma.

Eduardo Cabrita diz ainda que estes resultados das autarquias em 2007 revelam «um efeito neutral relativamente ao sector do défice público administrativo, isto é, vemos com satisfação que a lei das finanças locais permitiu que os municípios combinassem contas mais saudáveis com a continuação do seu papel na promoção do investimento público».

Para Eduardo Cabrita as autarquias estão agora prontas para assumir novas responsabilidades.

«Com esta evolução positiva os municípios estão à altura de exercer novas competências no quadro de uma política de descentralização que o Governo tem vindo a desenvolver e estão em condições de ter um papel fundamental na estratégia de investimento público para a qualificação da vida dos portugueses essencial neste momento de resposta à crise», salienta.

A Câmara Municipal dos Técnicos Oficiais de Contas, que apresenta esta quarta-feira o habitual Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, já disse também que esperava resultados piores para o ano de 2007.

ECONOMIA

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

Maioria das autarquias tem problemas de liquidez

2009/04/08 14:20 [Lara Ferin](#)

Dívida sobe 0,4% em relação ao ano de 2006

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas apresentou esta quarta-feira o habitual Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apontando para uma dívida global das autarquias de 6.664 milhões de euros em 2007.

Este número é superior em 0,4 por cento em relação ao ano anterior. Lisboa, Porto e Gaia lideram a lista das autarquias que registam um maior endividamento.

Governo está satisfeito com contas dos municípios

Segundo o relatório, esta dívida global das autarquias aumentou por vias das dívidas aos fornecedores e do recurso ao leasing, uma vez que a dívida à banca diminuiu mais de 52 milhões de euros.

Os números apresentados esta quarta-feira pressupõem que mais de metade dos municípios não têm receitas suficientes para pagar as dívidas a curto prazo. Ao todo, registam-se 195 autarquias que no final de 2007, apresentavam uma falta de liquidez de 685 milhões de euros.

O coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, João Carvalho, considera que «a situação não é dramática, salvo meia dúzia de municípios que vivem uma conjuntura mais complexa».

João Carvalho sublinha ainda que as receitas aumentaram e as despesas também, mas que se verificou um esforço das autarquias para equilibrar as contas.

Endividamento continua elevado

Governo está satisfeito com contas dos municípios

2009/04/08 14:16 [Lara Ferin](#)

«Estas foram as melhores contas públicas em 30 anos de democracia», disse **Eduardo Cabrita**. Embora o endividamento das autarquias continue elevado e tenha aumentado em relação a 2006, «ao olhar para o ano de 2007 estamos a olhar para um ano fundamental em termos de finanças locais», disse o secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita.

Maioria das autarquias tem problemas de liquidez

O responsável considera que os resultados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresentado esta quarta-feira em Lisboa, são uma «análise extremamente positiva», o que também acontece devido ao mérito do Governo, já que coincidem com a entrada em vigor da nova lei das finanças locais.

«Com esta evolução positiva os municípios estão à altura de exercer novas competências no quadro de uma política de descentralização que o Governo», disse Eduardo Cabrita.

O secretário de Estado diz ainda que esta evolução «se traduziu num contributo para as contas públicas» e que esta situação «cria condições para que as autarquias locais estejam melhor preparadas para combater a actual situação de crise económica e financeira».

Eduardo Cabrita congratula-se ainda dizendo que estas «foram as melhores contas públicas em 30 anos de democracia».